***Ecologia e revolução em Herbert Marcuse*.**
Organização de Marília Mello Pisani
São Paulo, Editora Filosófica Politeia, Coleção Grande Recusa, 2025

O livro *Ecologia e revolução em Herbert Marcuse* se divide em duas partes principais, a saber, uma reunião de cinco textos de Herbert Marcuse oriundos da década de setenta, dos quais quatro são palestras proferidas na França, nos Estados Unidos e na Alemanha e um deles consiste num capítulo de *Contrarrevolução e revolta*, desse mesmo autor. Numa segunda parte, constam textos de ilustres feministas marcuseanas — a maioria delas brasileiras e atuantes no meio acadêmico de nosso país.

Uma questão que pode surgir em relação a essa publicação diz respeito ao fato de todos os textos de Marcuse terem origem nos anos 1970, numa situação de surgimento, à primeira vista, muito diferente da atual: não apenas pelo contexto geográfico, mas também levando-se em conta que, diante das evidentes mudanças climáticas que experimentamos hoje, a crise ambiental parece ter se agravado de modo exponencial desde a época em que as colocações de Marcuse foram feitas.

No entanto, levando-se em conta o ponto de vista marcuseano de que o capitalismo em si é a principal ameaça à natureza e ao seu metabolismo e que ainda persistem em praticamente todo o mundo as relações capitalistas de produção, parece acertado afirmar que a tônica daquelas colocações permanecem atuais. Observe-se que, já à época, as condições de sobrevivência das espécies — inclusive da humana — se encontravam ameaçadas pela consolidação do regime monopolista do capital, tendo evoluído mundialmente para um estado de calamidade ocasionado pelo neoliberalismo a partir dos anos 1980 e, de modo catastrófico, pelo atual capitalismo de plataformas digitais. Nesse, a superexploração da força de trabalho se soma às atividades de esgotamento dos recursos naturais e de poluição exaustiva de todo o habitat — tanto o humano quanto o de todas as outras espécies.

No início do livro se encontra uma “nota editorial poético-política”, de Deborah Antunes, seguida de um prefácio de Imaculada Kangussu, no qual a autora comenta, um a um tanto os textos de Marcuse quanto os capítulos sobre ele, ressaltando tanto a pertinência desses quanto a originalidade daqueles. Kangussu ressalta da seguinte maneira o fato de que o lapso temporal entre a produção dos textos e a sua publicação no Brasil chega mesmo a revelar aspectos da situação contemporânea que à época podem não ter ficado

suficientemente claros: “O tempo entre a escrita dos textos e a sua publicação entre nós parece ter contribuído para torná-los ainda mais expressivos e esclarecedores, sobretudo neste momento quando o cuidado com a natureza (…) é questão vital e urgente” (p. xxii). Para ela, a “aposta em Eros”, longe de se constituir na ingenuidade que pretensos realistas políticos propalam, abre caminhos para um posicionamento perfeitamente sintonizado com o momento em que vivemos, lembrando a autora que “lutar contra Eros é luta perdida.”

A primeira parte do livro, dedicada a contribuições do próprio Marcuse, abre com o texto “Ecologia e revolução” (“Ecology and Revolution” no original em inglês), o qual contém excertos de uma palestra ministrada numa conferência na França, em 1972, na qual participaram, dentre outros, Sicco Mansholt e Edgar Morin. O texto foi primeiramente publicado na coleção “Collected Papers of Herbert Marcuse” sob o título de *The New Left and 1960s*. Esse mesmo texto foi também publicado na coletânea *Ecology and the Critique of Society Today. Five Selected Papers for the Current Context*, publicado pela International Herbert Marcuse Society, em 2019.

Logo na abertura desse texto, Marcuse expressa o seu desconforto por falar de ecologia para europeus, pois, segundo ele, nos Estados Unidos o movimento ecológico já teria sido “amplamente cooptado” (p. 3). Isso não o impede, no entanto, de constatar que a luta ambientalista, desde que livremente empreendida, é totalmente justificada, uma vez que “o capitalismo monopolista está travando uma guerra contra a natureza” (p. 3). Ainda nesse mesmo texto, Marcuse destaca que o movimento ecológico acrescenta um elemento estético à resistência anticapitalista, pois, segundo ele, “a luta por uma expansão do mundo da beleza, da não violência e da serenidade é uma luta política” (p. 5).

O segundo texto de autoria do próprio Marcuse, “Ecologia e crítica da sociedade moderna”, (“Ecology and the Critique of Modern Society” no original em inglês), foi inicialmente uma palestra proferida em 1979, na Califórnia, publicada no volume *Philosophy, Psychoanalysis and Emancipation* na supramencionada coleção “Collected Papers of Herbert Marcuse” (vol. 5, 2015). Igualmente republicado em *Ecology and the Critique of society today. Five Selected Papers for the Current Context*, por iniciativa da International Herbert Marcuse Society, em 2019.

Nesse texto, Marcuse se propõe a “discutir a destruição da natureza no contexto da destrutividade geral que caracteriza a nossa sociedade” (p. 11). Para ele, essa destrutividade característica da sociedade tardo-capitalista no seu conjunto se encontra numa simbiose com a estrutura de caráter destrutiva de seus membros individuais, uma vez que, para ele o

"contraste e a oposição entre psicologia individual e psicologia social são enganosos. Não há separação entre as duas" (p. 13). Desse modo, à estrutura de caráter afirmativa, a qual se conforma resignadamente ao sistema de necessidades impostas de fora, Marcuse contrapõe o que ele chama de estrutura de caráter radical, definida como "preponderância, no indivíduo, dos instintos de vida sobre o instinto de morte" (p. 14). Nessa estrutura de caráter prevalecem o que Marcuse chama de "necessidades emancipatórias", que, apesar de potencialmente presentes em qualquer pessoa, naquelas de estrutura de caráter afirmativa são neutralizadas pelo sistema para fins de sua própria reprodução e perpetuação. Nas pessoas com estrutura de caráter radical, as necessidades emancipatórias se expressam livremente na demanda por redução do trabalho ao mínimo necessário para a sobrevivência, deixando muito espaço para o lazer livre e criativo e contra a interpretação de papéis sociais restritivos, resultando em tranquilidade e, principalmente em "alegria abundante" (p.17). Esses traços da eclosão das necessidades emancipatórias, significariam a vitória final de *Eros* sobre *Tânatos*.

O terceiro texto assinado por Marcuse, "Natureza e revolução" ("Nature and Revolution", no original em inglês), como já se assinalou, foi inicialmente publicado como capítulo do livro *Contrarrevolução e revolta* (*Counterrevolution and Revolte)* em 1972. Esse texto foi republicado também em *Ecology and the Critique of society today. Five Selected Papers for the Current Context*, sob os auspícios da International Herbert Marcuse Society, em 2019. Nele, o ponto de partida é uma distinção entre a natureza externa — objeto explícito da destruição sob o capitalismo tardio — e a natureza interna do ser humano, cujo ataque do sistema é menos evidente, mas não menos destruidor do que aquele. A agressão ao meio ambiente coincide com o ataque à natureza externa, enquanto que aquela à natureza interior cerceia o ser humano existencialmente.

Tendo em vista o posicionamento marcuseano de que nossos cinco sentidos desempenham um papel ativo na formação da racionalidade, é uma constante nesse texto a necessidade, defendida pelo autor, da eclosão da dimensão estética na luta anticapitalista voltada contra a destruição da natureza, na qual desponta também uma alegria conexa ao movimento social enquanto expressão de uma nova sensibilidade — termo que se tornou também uma palavra de ordem da "nova esquerda" dos anos sessenta e setenta. *Last but not least*, no bojo dessa nova modalidade de se fazer política anticapitalista se encontra também, segundo nosso autor, a necessidade urgente de superação das milenares formas de opressão da mulheres pelos machos da espécie, o que, embasa teoricamente a simpatia de Marcuse,

na prática política, pelo movimento feminista (cf. p. 36), a ponto de esse ter agraciado o filósofo com o título de "mulher honorária".

O quarto texto de Marcuse, "Filhos de prometeu: 25 teses sobre tecnologia e sociedade"("Children of Prometheus: 25 Teses on Technology and Society" no original em inglês) foi a última palestra proferida por Marcuse antes do seu falecimento em 1979, proferida na Conferência Frankfurt Römerberg. Figura no volume *Philosophy, Psychoanalysis and Emancipation* na supramencionada coleção "Collected Papers of Herbert Marcuse" (vol. 5, 2015). Nessas teses, que serão consideradas aqui em conjunto, o ponto de partida é que o controle humano exercido sobre a natureza é também um cerceamento pronunciado da liberdade humana. A aparência de liberdade, existente nas democracias burguesas, consiste num engodo para justificar a exploração capitalista; na realidade, as necessidades do sistema (e não das pessoas) é que são preenchidas nesse regime.

Marcuse introduz nesse texto a proposta de que o desenvolvimento no âmbito da sociedade deveria ser não apenas quantitativo — como ocorre nos capitalismos avançados —, mas principalmente qualitativo, significando isso uma expansão nas possibilidades de criação cultural e, num empréstimo tomado de Nietzsche, numa *transvaloração de todos os valores* a partir da transformação da estrutura de caráter dos indivíduos no sentido de desenvolvimento da pulsão de vida em detrimento da pulsão de morte, principal causa, no domínio individual, da destrutividade da sociedade como um todo. Essas transformações sociais propostas por Marcuse ocorrem no âmbito do conceito, cunhado por Ernst Bloch, de *utopia concreta*. A concretude dessa vem do fato de que movimentos sociais que ocorrem na realidade — e que já ocorriam da época de Marcuse —, tais como o movimento ecológico, o feminista, o pela igualdade racial etc., sinalizam a possibilidade de que tudo seja radicalmente diferente (e infinitamente melhor) do que é.

O quinto e último texto de autoria de Marcuse é "A transformação radical das normas, das necessidades aos valores" ("The Radical Transformation of Norms, Needs and Values", no original em inglês). Ele se originou de um palestra em Saint Louis, em 1977, que foi inicialmente publicada no volume *Transvaluation of Values and Radical Social Change. Five New Lectures, 1966-1976*, por iniciativa da International Herbert Marcuse Society, em 2017. O ponto de partida do filósofo nesse texto é a constatação de que, nas sociedades capitalistas avançadas, a classe trabalhadora foi grandemente cooptada e se tornou tão politicamente conservadora quanto a própria classe burguesa. Por outro lado, o

socialismo real, ainda existente na década de 1970, já não oferecia uma alternativa real ao capitalismo avançado, pois, no afã de concorrer com esse último, apostou apenas no crescimento quantitativo das forças produtivas, abandonando a possibilidade de um salto qualitativo na qualidade de vida de seus cidadãos.

Para Marcuse, isso não significa que todas as saídas do capitalismo tardio estejam bloqueadas, mas que — a exemplo do que enunciado em outros textos da coletânea — a esperança de transformação se encontra agora em movimentos como o ecológico e o feminista, dentre outros. Vale também o registro da avaliação positiva que o filósofo faz de movimentos artísticos como o do *graffiti*, por exemplo, indicando a pertinência dos aspectos estéticos das iniciativas contemporâneas para a emancipação política das pessoas. Destaca-se também nesse texto o que Marcuse denomina "balanço patrimonial do imperialismo", a saber, as perdas e ganhos das iniciativas estadunidenses para dominar o mundo. Para ele, o resultado é favorável ao imperialismo norte-americano, o que, na prática, significava (e significa) que todos os supramencionados movimentos de libertação têm um árduo caminho pela frente.

A segunda parte do livro, como já se disse, é dedicada a ensaios críticos sobre Herbert Marcuse, cobrindo os aspectos de sua produção afeitos ao tema geral da publicação. O primeiro desses textos é o de Isabel Loureiro, intitulado "Progresso para quem? Herbert Marcuse e o feminismo popular no Brasil". Trata-se de um escrito denso e bem elaborado, que, do ponto de vista prático, foi ensejado pela pergunta de uma dirigente do MST, num debate em que participou a autora, sobre um possível impacto político da Teoria Crítica da Sociedade, uma vez que essa vertente é muitas vezes tida como avessa exatamente à *práxis*. Do ponto de vista teórico, a autora revela desde o início do ensaio a inspiração tanto de Rosa Luxemburgo quanto do próprio Herbert Marcuse. Na impossibilidade de comentar com mais detalhes esse belo texto, me restrinjo aqui a nomear o que Loureiro nomeia como sendo as duas ideias de Marcuse que ela considera as mais interessantes para a abordagem da crise ambiental hodierna. A primeira delas é "que a lógica capitalista se assenta na ideia de que o desenvolvimento das forças produtivas — o progresso é um valor inquestionavelmente positivo" (p. 68). Loureiro se posiciona criticamente diante desse dogma, asseverando, inspirada por Marcuse, que o desenvolvimento deveria ser, antes, qualitativo do que quantitativo. A segunda ideia que, segundo a autora, merece ser discutida é a de "que o modelo de desenvolvimento dos países centrais não serve para a periferia" (p.70). Esse ponto de vista embasa a defesa do vigor de movimentos do Sul Global que, sem abrir mão

de reivindicações por melhores condições de vida, contestam radicalmente o modo de vida dos países centrais, o qual tem sido responsável pelo agravamento da crise nas relações dos seres humanos com a natureza externa. Nesse contexto, o feminismo popular, o qual pela introdução e consolidação da agro-ecologia na luta do MST pela reforma agrária, apresenta alternativas concretas para o alcançamento de atividades econômicas ambientalmente corretas.

O segundo comentário às contribuições de Marcuse é o capítulo “Porque, então, se preocupar com a ecologia de Marcuse?”, de Sarah Surak. O ponto de partida da autora é a constatação, com Marcuse, de que o desenvolvimento capitalista desconsidera totalmente a preservação da vida e um exemplo crucial disso é a enorme lucratividade da atividade capitalista mais destrutiva de todas: a indústria bélica. Diante disso e também em consonância com o filósofo alemão, Surak subscreve a necessidade, defendida por aquele, de uma “libertação ecológica revolucionária” (p. 83), que se consolida, dentre outras coisas, mediante a convicção de que os ataques sistêmicos do capitalismo atingem tanto a natureza externa aos seres humanos quanto aquela interna a eles.

Um outro tópico importante na análise de Surak é a constatação de que a valorização do capital passa pela geração de demandas na maior parte das vezes dispensáveis e supérfluas, as quais têm um efeito multiplicador da destruição da natureza e da geração de resíduos cada vez mais ameaçadores à vida humana. Igualmente preocupante, segundo a autora, é o fato de que a lógica de transformação da natureza em meros valores de troca prejudica o estabelecimento de "estruturas comunitárias de bem-estar social” (p. 87), comprometendo igualmente as possibilidades de uma vida pessoal sadia e alegre. É de destaque igualmente no consistente comentário de Surak o malefício causado não apenas pelo potencial esgotamento dos recursos naturais e pelo comprometimento do metabolismo da natureza, inclusive de sua capacidade de regeneração, mas pelo acúmulo de subprodutos: “A poluição é, nesse sentido, um resíduo” (p. 90).

Asseverando, com Marcuse, a concordância tácita das massas nos capitalismos centrais com todo esse processo de cooptação, que pode ser entendido como resultado do impacto sistêmico na “natureza interena” das pessoas, Surak afirma a causa ambientalista como luta pelo instituto de vida. Aqui, a adesão marcuseana ao conceito de Ernst Bloch de “utopia concreta” (p. 94) é mais uma vez evocada no sentido de que a “transvaloração dos valores”, enquanto internalização de uma postura política ecologicamente correta, impeça que o movimento ecológico seja cooptado.

Na terceira contribuição da coletânea, “Para uma crítica do (des)envolvimento e das (tecno)logias verdes: a ecologia da nova sensibilidade em Herbert Marcuse”, Marília Mello Pisani inicia o seu belo texto por recuperar em duas das principais obras de Marcuse, *Eros e civilização* e *O homem unidimensional*, os fundamentos filosóficos da crítica posterior à destruição da natureza e da defesa da contestação ecológica anticapitalista. Noutra busca de fundamentos desse ensaio, Pisani recupera os passos que levaram ao estabelecimento da “Carta da Terra”, desde as primeiras tentativas na década de 1970 até a sua formulação definitiva. Fica patente no texto da autora, que tentativas institucionais desse tipo, se, por um lado, têm a vantagem de pôr em pauta discussões essenciais acerca do meio ambiente, por outro, podem levar, como o Protocolo de Quioto, de 2012, a uma “política de financeirização e mercantilização das emissões de CO_2, que se tornou ferramenta fundamental (ambígua e perigosa) do ‘desenvolvimento sustentável’” (p.108).

Retomando as contribuições de Marcuse, Pisani ressalta a importância de seu pensamento para uma orientação ideológica correta diante da questão ecológica, a qual percebe no *greenwashing* mais uma estratégia do capitalismo tardio para manter o seu predomínio em escala global. A partir dessas contribuições, a autora introduz um tópico de suma importância: as tentativas de apropriação, por parte dos centros imperialistas de poder, do patrimônio genético das espécies, não apenas para a sua destruição, mas também como estratégia de maior lucratividade do capital investido, na forma de patentes de espécies naturais que, a rigor, deveriam servir a toda a humanidade e não à concentração de poder de algumas poucas empresas transnacionais. Um exemplo disso seria a chamada “revolução verde”, analisada pela autora, por meio da qual a situação de penúria de sociedades asiáticas e latino-americanas foi muitas vezes multiplicada pela aplicação de biotecnologia na agricultura com o suposto objetivo de erradicar a fome nesses países. O texto de Pisani termina com um posicionamento esperançoso acerca da potencialidade do movimento ambientalista mais radical para, mesmo nesse contexto globalmente desfavorável, não apenas apontar caminhos, mas empreender ações efetivas de denúncia das agressões e de combate à destruição da natureza.

Em “Feministas, a luta anticapitalismo e ‘natureza’", Carla Rodrigues enfoca competentemente o tópico do movimento feminista no âmbito da luta ecológica anticapitalista. O seu ponto de partida é o paradoxo, denominado por Carole Pateman “dilema de Wollstonecraft”, em homenagem à precursora inglesa, ainda no século XVIII, do feminismo, segundo o qual o movimento pela emancipação das mulheres exigia,

simultaneamente, o reconhecimento da peculiaridade do sexo feminino e uma completa igualdade de direitos. Segundo Rodrigues, Pateman tematiza a diferença sexual apara além da dicotomia igualdade/diferença, argumentando que "o oposto da igualdade é a desigualdade e, por isso, é possível reivindicar ao mesmo tempo ter direitos iguais e ser reconhecida como diferente" (p.140). De modo muito interessante, a autora associa o que seria a essência do feminino ao conceito de natureza num sentido mais amplo e, apoiando-se Gayle Rubin e Judith Butler, contesta uma distinção rígida entre natureza e cultura. Recorrendo ao ponto de vista de feministas negras como Bell Hooks e Lélia Gonzales, Rodrigues introduz um elemento adicional às causas ecológica e feminista, a saber, uma concomitante luta antirracista. Essa se baseia no fato de que "Corpos marcados pela 'natureza' são objetificamos e submetidos a diferentes modos de de controle, determinados e delimitados na suas capacidades, mesmo exercício de poder em relação à natureza, aqui atendida como o meio ambiente que habitamos" (p. 144).

Sarita Singh, quebrando o padrão mais teórico dos outros comentários sobre a "ecologia de Marcuse", apresenta "Quatro poemas" que, consolidando a reivindicação do filósofo berlinense de que elementos estéticos deveriam fazer parte do combate anticapitalista à destruição do meio ambiente e à expoliação ideológica da psique humana, sugerem poeticamente a comunhão com a natureza mediante uma conversão da percepção ambiental, no sentido daquilo que Marcuse denominou "nova sensibilidade". Um exemplo eloquente desse posicionamento se encontra na estrofe: "Eu, uma mulher, me oponho/ a todo tipo de violência, e digo:/ Amem esta Terra,/ envolvam-se amorosamente/ com suas criaturas, e vegetações,/ honrem as árvores —/ elas são nosss ancestrais" (p. 160).

A última contribuição crítica do livro é o posfácio intitulado "A natureza também aguarda a libertação!", no qual Aléxia Bretas coteja, de modo denso e competente, o conteúdo do livro — tanto das ideias de Marcuse quanto dos comentários sobre elas — com acontecimentos concomitantes à sua produção, tais como a realização COP30, em Belém, no fim de 2025, e a aprovação da "PL da devastação" pelo Congresso Nacional, o qual flexibilizou os mecanismos de controle do poder público sobre o licenciamento ambiental, abrindo caminho para um agravamento da destruição dos recursos naturais no Brasil.

Ideias de Marcuse, tais como o risco de apropriação do discurso ecológico pelos centros capitalistas de poder, o fato de as opressões sistêmicas afetarem não apenas o meio ambiente mas também a psique das pessoas sujeitas àquelas e a necessidade de que primado de Tânatos seja revertido são rememoradas pela autora e postos em conexão com a situação

presente. De modo muito sugestivo, Bretas associa o posicionamento de Marcuse aos pontos de vista de etnias brasileiras a respeito de um giro radical na nossa percepção da natureza: “Suas ideias vêm ao encontro das cosmopercepções ancestrais de povos originários como os Krenak e os Yaomami, por exemplo, para os quais não há, nem houve, qualquer separação essencial ente o mundo humano e o mundo natural” (p. 67).

Ao afirmar, enfatizando a importância que o livro aqui resenhado adquire no contexto atual, que “esta é uma uma publicação a ser lida e comemorada com vigor” (p. 171), Bretas convida enfaticamente à sua leitura, externando um posicionamento que é também o do autor destas linhas no tocante tanto à qualidade e pertinência da obra quanto ao seu impecável aspecto editorial.